

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como interesse promover uma análise da trajetória e da tentativa de modernização do ensino pública primário na cidade de Patrocínio – Minas Gerais. Dessa forma, desejava-se compreender as implicações em torno do processo de regulamentação da educação pública na cidade, baseada na criação e instalação do Grupo Escolar Honorato Borges. Além disso, analisar também quais os interesses da oligarquia rural patrocínense em torno da escolarização local, através da presença na urbe de uma escola pública em nível primário. Afinal, não só aliado ao processo de escolarização implantado pela reforma João Pinheiro, mas os ensaios em torno da racionalização do ensino público local refletem também interesses locais, expressos através da hegemonia da elite política local, membros da oligarquia rural.

A hipótese verificada pelo desenvolvimento deste trabalho consiste na afirmação de um processo de escolarização local, através da criação (1912) e da implantação (1914) do Grupo Escolar Honorato Borges, reflete a preocupação em inserir a cidade de Patrocínio nas tendências estaduais de racionalização dos processos sociais e políticos, numa tentativa de solidificar a rede estadual de ensino. Isso permitiria a expansão dos valores concernentes com o novo modelo urbano-industrial nacional, bem como a necessidade de formação de uma mão-de-obra especializada para o trabalho em repartições públicas e atividades econômicas (industriais e comerciais, por exemplo), bem como a possibilidade de um embasamento acadêmico para a continuidade dos estudos em outros níveis de ensino (ginasial, colegial e superior).

Percebe-se que, para isso, seria necessário um entendimento dos fatores históricos (em nível nacional, estadual e local) ligados à origem, implantação e do Grupo Escolares Honorato Borges, além da construção do atual prédio, procurando elucidar seu papel enquanto única instituição pública de ensino da cidade no decorrer da Primeira República.

A República Velha representa um momento de revisão de valores em relação à situação do Brasil, enquanto nacionalidade. As discussões em torno da busca da identidade brasileira são fundamentais para compreendermos as inovações propostas pelos diversos governos estaduais, destacadamente São Paulo e Minas Gerais. No âmbito da mentalidade positivista e republicana, esses governos estaduais buscavam empreender e consolidar no âmbito de seus domínios uma nova ordem com o intuito de fortalecerem uma sociedade baseada em princípios modernizantes e racionalistas.

As reformas realizadas em termos de estrutura do Estado, as medidas administrativas e as iniciativas em torno do debate sobre a nacionalidade brasileira estão intimamente ligadas ao projeto republicano, inspirado nos moldes do positivismo francês, o qual defendia uma reforma social, visando atingir o progresso humano. Acreditava-se que o desenvolvimento de uma cultura em torno do conhecimento científico possibilitasse o aperfeiçoamento de toda a estrutura social, a fim de consolidar o modelo capitalista de produção, baseado na divisão social e harmônica do trabalho.

Os novos governantes do país, envoltos pelos interesses republicanos, aliados aos grandes fazendeiros dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, sobretudo, buscam consolidar uma sociedade em que seus valores vigorem consolidados. A política nacional procura superar os ranços da monarquia, implementando uma série de reformas estruturais, no sentido de agilizar e embasar o processo civilizatório, buscando o fortalecimento do país e proporcionando seu desenvolvimento, equiparando-se às nações mais avançadas do mundo. Desse modo, finalmente, o Brasil poderia superar sua condição submissa frente às nações mais avançadas do mundo e também se inserir nos moldes do progresso intelectual e material.

Assim, especificamente relativas à educação, algumas reformas são levadas adiante por alguns governos estaduais, buscando consolidar um modelo educacional que sirva de instrumento para a realização das reformas sociais almejadas pelo projeto republicano positivista. Desse modo, uma das maiores frentes de avanço da escolarização brasileira, neste momento, consiste na implantação dos grupos escolares, tendo São Paulo como Estado pioneiro. Modelo considerado desenvolvido e peça fundamental na consecução de um projeto modernizante também do processo educacional.

O período da Primeira República expressa um momento de grandes transformações estruturais pelas quais passa o país. Historicamente, pode ser considerada uma fase transitória, pelo menos em algumas partes do país como as regiões sudeste e sul, consideradas mais avançadas, do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial. Esta transformação também pode ser verificada em outros países do mundo, os quais procuram se

adaptar às novas exigências do capitalismo mundial, o qual, gradativamente, torna-se essencialmente financeira ou monopolista.

Naquele momento, em fins do século XIX, os grupos escolares são visualizados como o modelo considerado mais moderno no que se refere ao processo de escolarização que vinha sendo realizado em alguns países europeus. O fato de se reunir escolas, antes isoladas, era algo inovador, pois enfatiza e reflete o modelo econômico de divisão do trabalho social, bem como das funções específicas. Em outras palavras, os grupos escolares possibilitariam uma racionalização dos processos didático-pedagógicos e expressariam no interior do processo de escolarização processos de racionalização do ensino. E isto veio consolidar a idéia de que as escolas agrupadas poderiam ser usadas como meio de combater as precárias condições pelas quais o ensino brasileiro vinha passando, principalmente após a expulsão dos jesuítas em 1759, quando houve a reforma levada adiante pelo Marquês de Pombal, primeiro ministro de Dom José I. Por isso, com a Proclamação da República, em 1889, e após a reforma estadual do ensino em São Paulo, houve uma identificação entre os grupos escolares e o projeto civilizatório dos republicanos positivistas, interessados em promover uma reformulação das bases sociais, a partir da escolarização.

No Estado de Minas Gerais, ainda sobrevive o modelo coronelista de estrutura do poder, expresso pelo PRM (Partido Republicano Mineiro). A elite política, composta em sua maioria por membros de uma rica oligarquia rural, ainda mantém o interesse de manter a estrutura estabelecida, mas com olhos voltados para a novidade e as exigências de um novo mundo. Assim, as relações políticas entre os membros do Partido ao longo do período da Velha República demonstram o grande embate enfrentado por estes frente à contradição entre a preservação da situação política obtida desde os tempos do Império e os novos desafios da estrutura capitalista imposta em alguns pontos específicos do país.

A modernização necessária perpassa pelo desenvolvimento estrutural de um mercado interno dinâmico, pela industrialização conseqüente, bem como pela urbanização e todos os efeitos esperados de um processo renovador, mas que mantenha a situação de privilégios.

Foi fundamental compreendermos também o papel que as reformas de João Pinheiro e Francisco Campos tiveram para a consecução de uma nova estrutura escolar condizente os desafios impostos perante o Estado de Minas Gerais, bem como compreender também suas repercussões no processo civilizatório dos republicanos mineiros. E, assim, torna-se imprescindível também compreendermos o processo de implementação dos grupos

escolares, principal medida da Reforma João Pinheiro e considerados o modelo escolar republicano por excelência de escola primária da rede pública de ensino.

Minas Gerais, sendo um dos Estados da federação mais influentes política e economicamente na Primeira República, logo ingressou também na implementação dos grupos escolares em suas cidades. No caso mineiro, o início da expansão dos grupos escolares se dá com a publicação da Reforma João Pinheiro, ocorrida em 1906, durante o governo estadual de mesmo nome. Através desta medida, Minas Gerais foi se inserindo gradativamente no movimento em prol da escolarização, considerada condição necessária para a modernização das estruturas institucionais que compõem o universo social. Assim, apesar de em termos de discurso a escolarização obter um espaço muito destacado na Primeira República, o mesmo não se pode afirmar com as práticas realmente levadas adiante no Estado de Minas Gerais e em vários outros estados da federação.

Os Grupos Escolares podem ser considerados, então, como as primeiras formas de escolas públicas estruturadas em torno de uma organização hierárquica, curricular, metodológica, bem como espacial, propostas paradigmaticamente através de reformas de ensino mais amplas do que as até então implementadas no Brasil. O conjunto dessas características os tornava uma alternativa frente às precárias condições das escolas isoladas, desprovidas de qualquer estrutura que favorecesse o ensino. As reformas que implementaram o modelo dos grupos escolares são, de fato, as primeiras a também discutirem e expandirem uma rede diferenciada de escolas voltadas para o ensino público no país.

Os Grupos Escolares encerram uma concepção pedagógica, baseada no paradigma da modernidade, na materialização da busca da racionalidade em seus trabalhos pedagógicos e administrativos. O interesse era, através deste modelo, implementar uma prática educativa centrada na busca da excelência, superando as irregularidades e as discrepâncias que acompanhavam o modelo anterior de escolarização. Além disso, o país inicia também seu processo de renovação política, supostamente defensora dos direitos individuais, sobretudo os políticos e os sociais, como o direito ao voto, o direito a serviços básicos como a educação escolar.

Esse interesse em buscar uma sistematização das suas práticas e saberes se manifestava em torno de algumas representações: a mudança das condições de ensino, pois, com a organização por série, bem como o ensino simultâneo, os alunos são agora homogêneos; os sujeitos diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem adquirem novas feições; em termos metodológicos, percebe-se o valor dado à intuição, enquanto capacidade de gerar conhecimento e de localizar o aluno frente à sua realidade;

neste sentido, o aluno é valorizado como sujeito de seu processo de aprendizagem; surge também a possibilidade de reservar um lugar de destaque no cenário das cidades para os prédios onde funcionarão os Grupos Escolares. Neste sentido, os Grupos Escolares são caracterizados como Palácios do Ensino, vislumbrando uma nova concepção arquitetônica para a educação escolar. E, por outro lado, é o tempo da divisão das tarefas administrativas e pedagógicas, surgindo novos profissionais da educação, como o inspetor e o diretor.

Por fim, outro objetivo foi o de buscar as especificidades locais da criação e implantação do Grupo Escolar Honorato Borges, em Patrocínio – Minas Gerais. Neste sentido, fundamental é a percepção dos elementos vinculados ao universo social patrocinese, recuperando a memória do espaço e tempo escolares, implantados no Grupo Escolar, além de abordar o currículo prescrito pelo governo estadual e assumido, na prática, pelo magistério. Por isso, fundamental também foi a abordagem das razões ou interesses dos corpos discente e docente do Grupo Escolar Honorato Borges.

Atentos às mudanças e às perspectivas do ensino primário tanto em nível nacional como em nível estadual, os políticos patrocineses, liderados pelo Coronel Honorato Martins Borges, iniciam também na cidade de Patrocínio e em seu município, o movimento de modernização das instituições locais.

Em consonância com o projeto republicano de civilização, a elite oligárquica patrocinese busca junto ao governo estadual a consecução da criação de um grupo escolar para a cidade de Patrocínio. Aliada a uma série de medidas administrativas e da luta por conquistas em termos de infra-estrutura, Patrocínio também tenta se consolidar como cidade influente na região. Seus políticos, aliados ao governo estadual, procuram estabelecer na cidade uma nova ordem, baseada nos princípios propostos pelo Partido Republicano Mineiro.

Esse projeto, ambicionado pela elite patrocinese, manifesta-se também na busca de uma nova organização escolar, procurando superar a situação anterior, precária e difícil. Patrocínio necessitava de uma reforma social a fim de garantir a hegemonia dos projetos implementados pela elite local. Buscavam se consolidar como representantes típicos em torno das alianças políticas, embasadas em chefes locais, que buscavam retorno e apoio financeiro junto governo estadual. Em outras palavras, a prática do coronelismo permanecia firme, mesmo com a Proclamação da República. E a implementação dos projetos republicanos visava justificar e consolidar esse modelo político de trocas de concessões.

A implantação de um Grupo Escolar em Patrocínio representou a confirmação do interesse da elite local em promover a modernização da cidade, favorecendo a realização de obras públicas, a melhoria das condições de infra-estrutura, a melhoria dos meios de

transporte. Enfim, a conquista de serviços públicos para a população tinha a intenção de consolidar o grupo hegemônico à frente do poder político. Outra conquista para cidade de grande destaque, também foi a Estrada de Ferro Goyaz, que permitiu e facilitou a circulação de mercadorias, de viajantes e, por isso, a circulação de novas idéias.

Por isso, em 1912, a criação do Grupo Escolar Honorato Borges representa para a cidade de Patrocínio uma grande conquista em termos educacionais. Uma escola pública, na forma de Grupo Escolar, seria capaz de pelo menos realizar suas atividades pedagógicas voltadas para o princípio de organização administrativa, curricular e metodológica. Só por esses motivos, a atuação do Grupo Escolar já superava as precárias condições nas escolas particulares, mantidas por professores da cidade, bem como de outras formas de educação popular.

Um estabelecimento de ensino oficial, funcionando nos padrões determinados pelas legislações representava um avanço em termos de escolarização. Contudo, nem sempre era possível executar ou promover o ensino dentro de todas as condições previstas na legislação em vigor. Faltavam muitos materiais didáticos, principalmente livros. Com o passar dos anos, a estrutura predial foi se deteriorando e sua capacidade já não era mais suficiente para suportar a demanda escolar da cidade patrocínense.

Membros da elite política, bem como outros cidadãos, passaram a reivindicar a construção de um novo prédio para o funcionamento do Grupo Escolar Honorato Borges frente ao governo estadual. Em fins da década de 1920, era comum a publicação de artigos fazendo apologia a tal empreita. E, com a visita do então Secretário dos Negócios do Interior a Patrocínio, Francisco Campos, confirma-se a liberação de recursos para a construção da nova sede de funcionamento, posteriormente.

A construção de uma nova sede representou mais uma melhoria para os serviços públicos oferecidos em Patrocínio. Além do mais, representa ainda o interesse dos políticos locais em prol da modernização do ensino primário da cidade, a fim de promover a alfabetização da população urbana, favorecendo inclusive a realização dos pleitos, que exigiam a alfabetização como um dos critérios necessários para o voto.

Todas as medidas assumidas pelo governo no sentido de aprimorar o ensino primário estão intimamente ligados com a necessidade de um aperfeiçoamento da formação do povo brasileiro. Essa formação popular, por sua vez, possui uma finalidade estratégica, no sentido de promover a ampliação e a participação nos pleitos. Contudo, o interesse não está numa população consciente, crítica e praticamente, mas apenas como massa de manobra.

Todos os ensaios, em torno de uma sistematização do ensino público primária, assumido pelo modelo dos grupos escolares, perpassam pela remodelação do espaço escolar, promovendo práticas em acordo com os interesses ideológicos de um modelo político maior. Também a organização do tempo escolar, levado adiante no âmbito dos grupos escolares, tem a intenção de inserir os alunos e os mestres numa nova ordem temporal, sendo trabalhado a idéia de organização da ordem cronológica e psicológica das atividades escolares. Nessa mesma perspectiva, também o currículo foi prescrito pelo governo estadual com o intuito de modelar e padronizar os conteúdos a serem ministrados no interior das escolas oficiais. Isso possibilita também a disciplinarização das próprias atividades pedagógicas em si, pois são assumidas como obrigação e modelo seguido em todas as escolas, fiscalizado continuamente pelo serviço de inspetoria escolar.

A implementação dos grupos escolares em Minas Gerais, e conseqüentemente o Grupo Escolar Honorato Borges, representa a expressão de uma nova mentalidade voltada para a tentativa de se implantar os valores republicanos, positivistas e liberais no âmbito da sociedade brasileira. A presença dos grupos escolares como modelos por excelência da racionalização do ensino pública primário demonstra a preocupação dos políticos republicanos em proporcionar uma nova mentalidade, baseada nos princípios de reorganização da vida social, a fim de consolidar a ordem capitalista.

A pesquisa em torno da História das Instituições Escolares, em particular os Grupos Escolares, representa uma expressão da tentativa de compreender o processo de escolarização recente pelo qual o país vem passando. Os Grupos Escolares representaram, no decorrer do século XX, o modelo de seriação, de organização curricular, metodológica e até mesmo administrativa. Neste sentido, compreender a história da implantação dos Grupos Escolares corresponde ao entendimento do processo de escolarização no decorrer de todo o período republicano.

Buscar as origens da escolarização, através do modelo dos grupos escolares, encerra a tentativa de resgatar parte da História da Educação Brasileira, no sentido de compreender seus fundamentos e seus fatores de implantação.

Para a historiografia atual, torna-se um desafio realizar uma pesquisa deste porte, abarcando o período da República Velha, pois muitas das pessoas que participaram diretamente dos processos de escolarização já faleceram ou, se ainda vivas, não possuem tão boa memória. Além do mais, boa parte dos documentos da época se perderam, ou estão em péssimo estado de conservação. Isso apenas confirma a falta de conscientização do povo, dos

dirigentes políticos e até mesmo dos membros das escolas em torno da preservação dos documentos históricos.

É sempre imprescindível buscar as origens do processo de escolarização empreendido na República Velha, pois as concepções positivistas e republicanas de educação e de sociedade propiciaram um momento rico na consecução de uma tentativa de racionalização do ensino público, principalmente o primário. Este é considerado base da formação escolar, no sentido de propiciar os primeiros contatos com o conhecimento científico, humanístico e artístico, construídos ao longo da história humana. Portanto, são considerados imprescindíveis na formação humana, globalmente entendida.

MATERIAIS HISTÓRICOS

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, F. J. (2001) *Patrocínio no final da década de 20*. Patrocínio, Reggraf. 342 p.

ALVES, Gilberto Luiz. (2001) *A produção da escola pública contemporânea*. Campo Grande: Ed. UFMS; Campinas: Autores Associados.

ARAÚJO, José Carlos Souza e INÁCIO FILHO, Geraldo. (2005) Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

ARAÚJO, José Carlos Souza. (2005) *Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica*. Universidade Federal de Uberlândia (mimeo).

ATHAYDE, Tristão de. (1931) *Debates Pedagógicos*. Rio de Janeiro, Schmidt Editor, p. 67-106.

BOBBIO, Norberto. (2004) *Dicionário de Política*. Vol. I. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BOMENY, Helena. (1994) *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro.

BUFFA, Ester e PINTO, Gelson de Almeida. (2002) *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971*. São Carlos: EdUFSCar; Brasília, INEP.

BUFFA, Ester. (2005) Práticas e fontes de pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

CARNEIRO LEÃO, A. (1917) *O Brasil e a educação popular*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Commercio, pp. 19-54.

CARVALHO, José Murilo de. (2004) *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

ESCOLANO BENITO, Agustín. (2000) *Tiempos y espacios para la escuela – ensayos históricos*. Madrid: Biblioteca Nueva.

FAORO, Raymundo. (2004) *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Globo.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (2000) *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo, RS: UPF.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (2003) *O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa*. IN: FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 77 – 97.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VIDAL, Diana Gonçalves. (2000) Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, mai/jun/jul/ago, pp. 19 - 33.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VAGO, Tarcísio Mauro. (2000) A Reforma João Pinheiro e a modernidade pedagógica. In: *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000, p. 33-47.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros (org.). (2002) *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MEC – INEP – Comped. p. 382 – 387.

FÁVERO, Osmar (org.). (2001) *A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988*. Campinas: Autores Associados.

FERREIRA, Hedmar de O. (2000) *Colégio Dom Lustosa – História da Educação Católica Masculina em Patrocínio*. Dissertação de Mestrado, Franca, UNESP, 162 p.

FERREIRA, José Filipe e Sousa Pessanha de Brito. (2004) *A evangelização pela educação escolar: embates entre presbiterianos e católicos em Patrocínio, Minas Gerais (1924 -1933)*. Dissertação de Mestrado, Uberlândia, UFU, 217 p.

GATTI JR, Décio. (2001) A Situação da Pesquisa Histórica sobre as Instituições Educacionais Brasileiras. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 10, n. 17, p. 133 – 140, jan. – jun.

GATTI JR, Décio e PESSANHA, Eurize Caldas. (2005) História da Educação, instituições e cultura escolar: conceitos. Categorias e materiais históricos. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

GONÇALVES NETO, Wenceslau e CARVALHO, Carlos Henrique de. (2005) Princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

GRAMSCI, Antonio. (1995) *Concepção Dialética da História*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 341 pp.

JULIA, Dominique. (2001) A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas. Editora Autores Associados. Nº 1, jan./jun. pp. 9 – 43.

LEAL, Victor Nunes. (1997) *Coronelismo, enxada e voto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

MAGALHÃES, Justino. (2005) A História das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

MAGALHÃES, Justino. (1999) Contributo para a história das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino. *Para a História do Ensino Liceal em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, pp. 63 – 77.

MAGALHÃES, Justino. (1998) Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: CATANI, Denice B. et. al. (org.) *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. SP: Escrituras.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. (1992) *Gramsci e a Escola*. Série Princípios. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 80 pp.

MONTENEGRO, Antonio Torres. (2003) *História oral e memória – a cultura popular revisitada*. 5. ed. São Paulo: Contexto.

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. (1962) *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais.

NAGLE, Jorge. (1974) *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU, Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1976 (reimpressão). 400 p.

NOSELLA, Paolo. (2004) *A escola de Gramsci*. 3. ed. São Paulo: Cortez. 208 p.

NOSELLA, Paolo e BUFFA, Ester. (1996) *Schola Mater – A antiga Escola Normal de São Carlos (1911 – 1933)*. São Carlos: EDUFSCar.

PEIXOTO, Anamaria C. (1983) *Educação no Brasil: anos 20*. São Paulo: Edições Loyola.

PETITAT, André. (1994) *Produção da Escola / Produção da Sociedade: Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 141-192.

REZENDE, J. C. (1986) *As ruas de Patrocínio*. 2. ed. Patrocínio, Gráfica Real, 39 p.

RIBEIRO, Eliles Regina e NASCIMENTO, Sônia Maria Ferreira. (2002) *Escola Honorato Borges – Sua História e Importância para a Cidade de Patrocínio*. Patrocínio: Editora Reggraf.

SACRISTÁN, J. Gimeno. (1998) *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed.

SAVIANI, Dermeval. (2005) Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. IN: *Cadernos de História da Educação* – nº. 4 – jan./dez.

SOUZA, Rosa Fátima de. (1998) *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. pp. 25 – 87.

THOMPSON, Paul. (1998) *A Voz do Passado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 385 p.

VERÍSSIMO, José. (1985) *A educação nacional*. 3ª edição. Porto Alegre, Mercado Aberto.

VIEIRA, Mª do Pilar de Araújo e PEIXOTO, Mª do Rosário da Cunha e KHOURY, Yara Maria Aun. (1995) *A Pesquisa em História*. Série Princípios. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 80 p.

VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO BENITO, Agustín. (1998) *Currículo, espaço e subjetividade – a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A.

WIRTH, John D. Minas e a Nação. (2004) Um Estudo de Poder e Dependência Regional (1889 – 1937). In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira - tomo III – O Brasil Republicano*. 8. ed. Vol. 1. São Paulo: Bertrand Brasil. 418 p.

WIRTH, John D. (1982) *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Impressos:

Jornal CIDADE DO PATROCÍNIO (fundado pelo então coronel Honorato M. Borges em 1909 – tornado órgão oficial da Câmara Municipal e de periodicidade semanal). Os números encontrados englobam o seguinte período, limitado desde o lançamento do jornal (1909) até o término do período por mim determinado para a pesquisa em questão (1930): 11/12/1909 (1.º número editado); 18/10/1913; 11/01/1925 e 27/12/1925; números de 1926, 1927, 1928, 1929; e alguns números de 1930.

Manuscritos:

Ponto diário de aula (2.º ano misto) – Grupo Escolar Honorato Borges (31/07/1915 a 27/11/1916);

Termo de posse – Grupo Escolar Honorato Borges (08/07/1913 a 03/02/1997);

Pontos de entrada de professores e empregados (Grupo Escolar Honorato Borges): 15/06/1914 a 06/08/1915, 16/08/1915 a 23/02/1917, 09/02/1925 a 03/11/1925, 15/02/1926 a 13/10/1926, 15/10/1926 a 05/08/1926.

Termo de visitas das autoridades do ensino;

Livro de atas para as reuniões do professorado: 04 de maio de 1925 a 21 de novembro de 1935;

Balancete da Caixa Escolar (outubro/1922 a fevereiro/1935);

Ponto diário dos alunos (2.º ano feminino): 1923 / 1924 / 1925;

Ponto diário dos alunos (2.º ano misto): 1918 / 1919;

Ponto diário dos alunos (1.º ano misto): 1922 / 1923;

Uma pasta plástica contendo textos históricos do Grupo Escolar, fotografias e relatos (compilada em 1975, por D. Clérída Borges Alves – ex-diretora).

Iconografia:

No acervo da Fundação Casa da Cultura de Patrocínio – M.G., ligada à Prefeitura Municipal, encontram-se também algumas fotografias referentes ao recorte temporal da Primeira República (1889 – 1930). As mesmas se referem a paisagens urbanísticas, sobretudo do Largo da Matriz, local de construção de vários casarões e do funcionamento do primeiro prédio do Grupo Escolar, bem como do Largo do Rosário, onde foram construídos alguns dos prédios públicos mais importantes da cidade: bancos, fórum, armazéns e outros (inclusive o novo prédio do Grupo Escolar).

Depoimentos:

Geralda Pereira (aluna, 1923 a 1926 / posteriormente professora e diretora);

Leônicio Afonso da Silva (formando em 1930).

APÊNDICES

APÊNDICE A

Termo de posse do primeiro Diretor: Professor Modesto de Mello Ribeiro

C dos Santos 21

Termo de posse

Nos oito dias do mez de Julho de mil novecentos e treze, nesta cidade de Patrocínio e em presença do Sr. Jayme Claudemiro dos Santos, suplente do Inspector Escolar municipal, em exercício, também posse do cargo de director do Grupo Escolar desta cidade para que recentemente foi nomeado prestando juramento de fielmente desempenhar o Sr. Professor Modesto de Mello Ribeiro, lavrando-se o presente termo que vai assignado pela autoridade escolar e pelo referido professor.

O Suppl. do Inspector Escolar Municipal
 Jayme Claudemiro dos Santos
 Modesto de Mello Ribeiro.

APÊNDICE B
Termo de posse da Professora Amelia Angelica do Nascimento

3

Termo de posse

Nos quinze dias do mez de maio de 1914, nesta cidade do Patrocinio, Estado de Minas Geraes, no edificio do Grupo Escolar, compareceu a Exma. Sma. D. Amelia Angelica do Nascimento, nomeada professora interina do Grupo Escolar desta cidade, por acto do Excmo. Sr. Secretario do Interior, datado de vinte e dois de julho de 1913 e, perante o Director do referido estabelecimento, tomou posse e prestou compromisso de fielmente desempenhar os deveres de seu cargo. Para constar, lavrou-se este termo que vai assignado pelo Director do Grupo e pela referida professora.

Modesto de Melo Ribeiro, Director do Grupo.
Amelia Angelica do Nascimento.

APÊNDICE C
Termo de posse da Professora Leticia Marra

Termo de posse

Aos quinze dias do mez de Maio de 1914, nesta cidade de Patrocínio, estado de Minas Geraes, no edificio do Grupo Escolar, compareceu a *Eu.^{ma} Sra. D. Leticia Marra*, nomeada professora interina do Grupo Escolar desta cidade, por acto do *Eu.^{mo} Sr. Dr. Secretario do Interior*, datado de 31 de janeiro do corrente anno e, perante o Director do referido estabelecimento, tornou posse e prestou compromisso de fielmente desempenhar os deveres de seu cargo. Para constar lavrou-se este termo que vai assignado pelo Director do Grupo e pela referida professora.

Modesto de Mello Ribeiro - Director do Grupo.

Leticia Marra.